

Autarca volta a insistir junto do Ministério da Saúde

Helena Teodósio quer de novo a consulta aberta em Cantanhede



Helena Teodósio não se conforma com o encerramento da consulta aberta que estava a ser assegurada pelos profissionais do Centro de Saúde de Cantanhede, entre as 8h00 e as 24h00, nas instalações do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em substituição do serviço de urgência que aí funcionava durante 24 horas diárias.

A autarca tem vindo a reclamar insistentemente junto do Ministério da Saúde, para que “seja cumprido o protocolo celebrado em 24 de fevereiro de 2007 com a Câmara Municipal, “muito particularmente no que diz respeito ao funcionamento da consulta aberta criada no âmbito de um acordo que visava colmatar o fecho da urgência”.

Desta vez foi a 13 de maio último, durante a apresentação pública do SNS 24 Balcão realizada na Casa Municipal da Cultura de Coimbra que Helena Teodósio entregou em mãos ao Secretário de Estado da Saúde, Diogo Serras Lopes, mais uma carta em que recorda que foi com base nesse acordo que a autarquia tolerou o encerramento da urgência do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, “confiando de boa fé que a consulta aberta entre as 8h00 e as 24h00 daria reposta adequada à procura, de acordo com aquilo que os indicadores de afluência pareciam confirmar. Por isso, é absolutamente inaceitável que também esta tenha sido encerrada, muito antes da crise pandémica de Covid-19, sem que a Câmara Municipal tenha sido tida ou achada no processo e, portanto, completamente ao arrepio daquilo com que o Ministério da Saúde se comprometeu”, sublinha.

Para a líder do executivo camarário cantanhedense, “os munícipes podem muito justamente sentir-se enganados pela tutela relativamente aos serviços de saúde do concelho, com a agravante de que a deterioração da resposta tem vindo a acentuar-se significativamente e não apenas devido à crise sanitária que o país está a viver”.

É perante “esta triste realidade” que Helena Teodósio insiste em reivindicar “o integral cumprimento do protocolo que esteve na base da criação da consulta aberta”, sublinhando que é “deplorável e revoltante que um compromisso desta importância não esteja a ser honrado pelo Ministério da Saúde e que, em função disso os doentes com episódios agudos não disponham de assistência médica em tempo útil, no período estimado como o de maior afluência para esse tipo de situações, precisamente entre as 8h00 e as 24h00, e se vejam obrigados a recorrer à urgência do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra”.

A autarca adianta ainda que, pela sua parte sempre defendeu para o Hospital Arcebispo João Crisóstomo “um serviço de urgência básica com horário alargado, mas que a consulta aberta, das 8h00 às 24h00, se revelou uma resposta bastante útil, especialmente até ao momento em que o Ministério da Saúde/Administração Regional de Saúde do Centro decidiu unilateralmente ignorar o protocolo, diminuindo consideravelmente o horário de acesso aos MCDT's - Meios Complementares de Diagnóstico, para mais num dos períodos do dia em que eles eram mais necessários”.

Mas a machadada final “aconteceu em 2019, quando o Ministério da Saúde/Administração Regional de Saúde do Centro, mais uma vez sem dar ter dado qualquer satisfação ao Município de Cantanhede e fazendo tábua rasa do acordo que firmou em 2007, avançou com o encerramento da consulta aberta, deixando os utentes à míngua de assistência médica em situações urgentes ou emergentes uma população de cerca de 60 mil pessoas, considerando os concelhos de Cantanhede e Mira e franjas de outros vizinhos”, assinala a presidente da Câmara Municipal. Helena Teodósio termina a carta a considerar que, “apesar de persistirem vários outros constrangimentos graves nos serviços de saúde do concelho de Cantanhede, que aliás estão manifestamente subdimensionados para cumprirem cabalmente a sua missão, é a inexistência de uma resposta atempada para os doentes com episódios agudos que tem de ser urgentemente colmatada com uma solução consentânea com o respeito devido aos munícipes e os princípios da boa fé que presidiram ao acordo celebrado pelo Ministério da Saúde com o Município de Cantanhede”.